



GRUPO PARLAMENTAR

VOTO DE CONDENAÇÃO N.º 151/XIII

Declarações do Ministro das Finanças Alemão Wolfgang Schäuble

No passado dia 26 de Outubro, o Ministro das Finanças alemão Wolfgang Schäuble fez declarações acerca da situação política portuguesa que exprimiram o seu desagrado pela mudança de política económica após a formação do actual governo (“Portugal foi muito bem-sucedido até ao novo Governo. Depois das eleições (...), [o novo Governo] declarou que não iria respeitar aquilo que tinha sido acordado pelo Governo anterior. Foi neste sentido que alertei o nosso colega português, porque lhe disse que se for por esse caminho iria assumir um grande risco, e eu não assumiria tal risco”, disse citado pela imprensa portuguesa).

No âmbito da coordenação das políticas económico-financeiras da União, e em particular da zona euro, os Tratados europeus conferem aos Ministros das Finanças a tarefa de se pronunciarem sobre os objectivos e execução da política económica dos demais Estados-membros. As instâncias apropriadas para tal discussão de coordenação, acompanhamento e supervisão das políticas económico-financeiras dos Estados-membros são evidentemente o ECOFIN e o Eurogrupo. Esse constituiu o funcionamento normal do diálogo e vigilância mútua dos Estados-membros em que assenta a coordenação de políticas económicas.

Mas, fora dessas instâncias, declarações como as que foram proferidas pelo Ministro Schäuble naquelas circunstâncias – conduta em que ele foi reincidente – não se coaduna com o exercício do seu cargo. Nessa qualidade não lhe cabe pronunciar-se naqueles termos sobre a política interna dos outros Estados-membros, tal como seria desapropriado o Ministro das Finanças de um governo português fazer considerações equivalentes sobre a situação política interna da Alemanha ou de outro país Estado-membro da União Europeia. Fora do âmbito próprio, declarações deste género são reprováveis. Apenas contribuem para agravar desentendimentos; para cavar clivagens; e em nada ajudam a clarificar o diálogo nem a reforçar as relações de confiança. De resto, o Governo português deve fazer uso das vias diplomáticas para dar eco a este protesto.

É precisamente em nome da consolidação das relações de confiança entre todos os parceiros europeus que declarações deste género, e no âmbito em que foram proferidas, são condenáveis. E essa condenação vale para qualquer membro do governo, de qualquer Estado-membro, que se pronuncie nestes termos sobre a situação política interna de um Estado-membro seu parceiro.

Assim, a Assembleia da República, reunida em plenário, condena as declarações do Ministro Wolfgang Schäuble sobre Portugal.

Palácio de S. Bento, 2 de Novembro de 2016

Os Deputados,